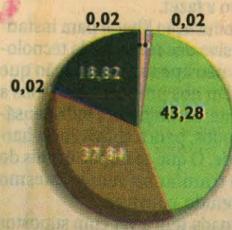
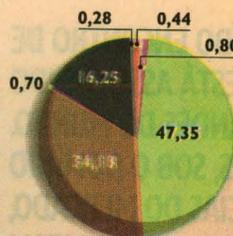


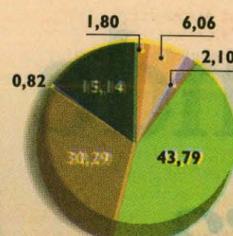
EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NO DISTRITO FEDERAL



1954 Antes da construção de Brasília, a ocupação humana é mínima na região onde ficará o Distrito Federal. Há algumas áreas construídas, como as cidades de Brazlândia e Planaltina. Existem também algumas áreas com atividades agrícolas, praticadas mais notadamente ao longo de alguns cursos d'água.



1964 O processo de urbanização do DF é intenso. Surgem áreas urbanas consolidadas, como Brasília, Taguatinga, Cruzeiro e Gama. Nota-se também grandes manchas de solo exposto, utilizadas como empréstimo para construção da nova capital. Neste momento, já se encontra construída a barragem do rio Paranoá, inundando uma grande área de mata localizada ao longo deste curso d'água.



1973 A região do DF sofre adensamento da malha urbana, mais notadamente em Brasília, Guarã, Gama, Taguatinga, Ceilândia e Planaltina. A ocupação agrícola deixa de ser exclusivamente praticada ao longo dos cursos d'água e passa a ocupar áreas de campo e cerrado. A barragem de Santa Maria, localizada na área do Parque Nacional de Brasília, inundou uma grande área de mata e provocou um processo de degradação ambiental (cascalheira) até hoje não recuperada.

MEIO AMBIENTE

Estudo da Unesco indica que o Distrito Federal perdeu 57,65% de sua vegetação original de 1954 a 1998. Mais de 600 espécies do cerrado desapareceram ao longo de quatro décadas. Expansão urbana e ocupação agrícola são causas da degradação ambiental

Verde destruído

Fabiana Tahan
 Ana Helena Paixão
 Da equipe do Correio

Metade da vegetação do Distrito Federal sumiu do mapa. O bioma cerrado perdeu, em 44 anos de ocupação, 57,65% da sua área original. Pelo menos 600 espécies vegetais nativas desapareceram neste período.

Estas são as mais graves conclusões do primeiro levantamento da ocupação do solo no Distrito Federal, produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O trabalho *Vegetação no DF: Tempo e Espaço* mostra que a vegetação composta pelo cerrado típico — árvores retorcidas e pequenos arbustos — cobre apenas 25% dos 5.814 Km² do DF.

A intensa ocupação populacional e o crescimento das atividades agrícolas são as principais causas do desmatamento que ameaça a conservação da Reserva da Biosfera do Cerrado, reconhecida em 1993 pela Unesco. A área de 50,5 mil hectares engloba o Parque Nacional de Brasília, a Estação Ecológica de Águas Emendadas e a Área de Proteção Ambiental (APA) Gama Cabeça de Veado. Os três núcleos remanescentes têm sido pressionados pelo surgimento de condomínios horizontais na última década. De acordo com levantamento do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, 30% do território do DF é ocupado por 525 condomínios.

“Não esperávamos um resultado tão alarmante. O processo de ocupação foi muito rápido e não apresenta sinais de redução. Se nada for feito, o prognóstico será de caos”, alerta Celso Schenkel, coordenador de Meio Ambiente da Unesco.

O parecer da Unesco é enfático. Perda de cobertura vegetal, redução de matas ciliares e destruição dos mananciais poderão

afetar diretamente a qualidade de vida no DF. As consequências mais imediatas são a erosão do solo, perda de fertilidade e maior assoreamento dos rios e lagos, além de poeira na atmosfera. Além disso, o potencial de água disponível para a população também fica comprometido: a profundidade de casas e edificações impede que a água das chuvas penetre no solo e reabasteça o lençol freático.

MUDANÇAS NO CLIMA

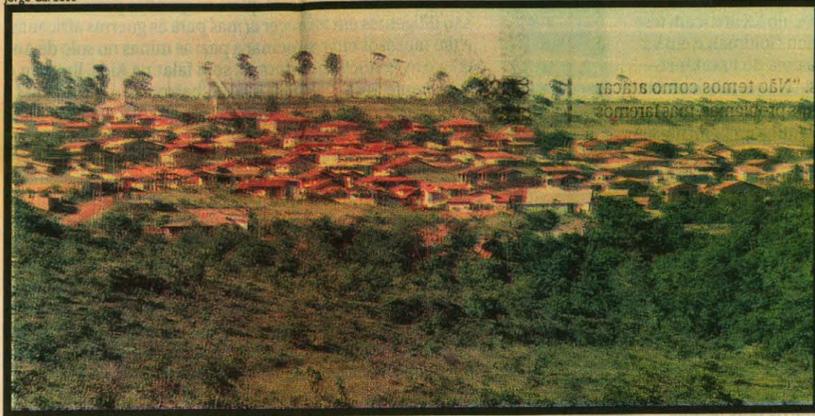
Em relação ao clima, a devastação interferirá na regulação da temperatura (a média anual é de 20,5 graus), na umidade e na qualidade do ar. O chefe do Centro de Previsão do Tempo do Instituto de Meteorologia (Inmet), Francisco de Assis Diniz, confirma a previsão. De acordo com ele, o adensamento populacional, o aumento de áreas asfaltadas e do número de automóveis nas vias do DF na última década prejudicaram todo o clima da região. Neste período, a média anual da umidade relativa do ar caiu de 18% para 14%.

“Isso implica um período crítico de seca no DF, desconforto e problema de saúde para a população”, explica Diniz. “Todos os anos, a umidade vai chegar a valores críticos, abaixo de 15%. É uma queda brusca na qualidade de vida do brasileiro.”

Outro fenômeno agravado pelo desmatamento e pelo adensamento populacional é o nível pluviométrico. A média anual local é de 1.500 ml. De 1994 a 1999, choveu abaixo deste índice. “A exceção foi o ano 2000, que ficou acima desta média. Mas, se não tivermos outros anos em que chova acima da média, haverá problemas de abastecimento e da qualidade de água no DF”, avalia o meteorologista.

COLABORARAM KÁTIA MARSICANO E MARCELO ROCHA

Jorge Cardoso



CONDOMÍNIO PRÓXIMO DA BACIA DO SÃO BARTOLOMEU: CRESCIMENTO URBANO COMPROMETE MEIO AMBIENTE NO DF

Destruição de córregos

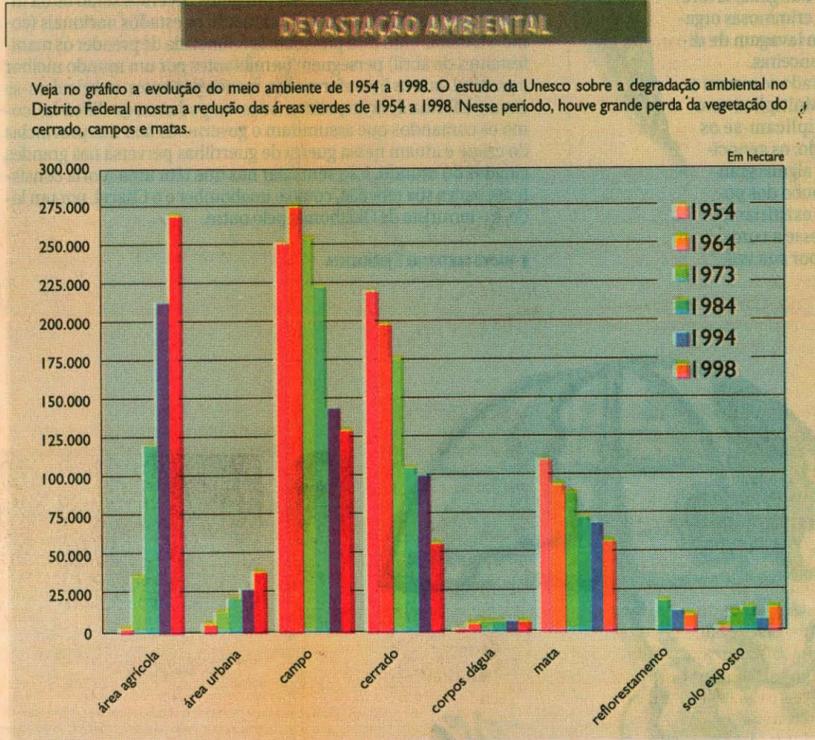
O desmatamento entre as reservas ambientais — espaços chamados de corredores ecológicos — poderá resultar no empobrecimento genético das espécies e perda de biodiversidade nos três núcleos da biosfera do cerrado. Os corredores são responsáveis pela movimentação da vida selvagem (animais e aves).

“O problema maior destes locais é que essas áreas estão isoladas. As espécies nativas não têm como sair dali, o que provoca casamentos parentais e, a longo prazo, a degeneração das espécies animais”, explica o procurador da República no Distrito Federal, Alexandre Camanho.

Além do empobrecimento da fauna, o isolamento dos três núcleos da Biosfera do Cerrado por causa da expansão urbana traz também problemas hídricos para a região — afinal, os corredores ecológicos geralmente estão associados a cursos d'água. “Um dos principais problemas no DF é a destruição de córregos e rios, que são áreas de preservação permanente. Sem esses elos, as unidades de conservação estão se transformando em ilhas de vegetação”, diz o engenheiro florestal Eduardo Felizola, coordenador técnico do estudo da Unesco.

Para o coordenador de meio ambiente da Unesco, Celso Schenkel, ainda é possível reconectar os corredores ecológicos. “Grande parte deles coincide com a proposta de corredores do PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial) do DF”, afirma. “Mas se não houver uma política para o meio ambiente, a tendência é a artificialização da paisagem.”

A pesquisa realizada pela Unesco será enviada ao Governo do Distrito Federal e à Câmara Legislativa. Além de recomendar do governo meios para a proteção das áreas remanescentes não-destruídas, a Unesco vai propor a intensificação da fiscalização e dos programas de educação ambiental voltados para as áreas próximas aos cursos de água. A Unesco deve também estabelecer áreas de proteção ambiental e de recuperação da locais degradados com o plantio de espécies nativas. Além de adotar corredores ecológicos, que permitirão a movimentação da vida selvagem. Mas não há prazo para que isso aconteça.

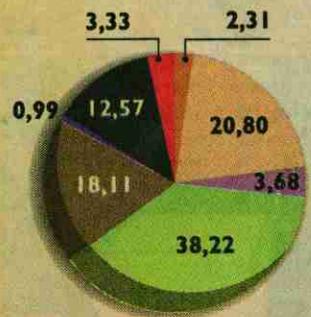
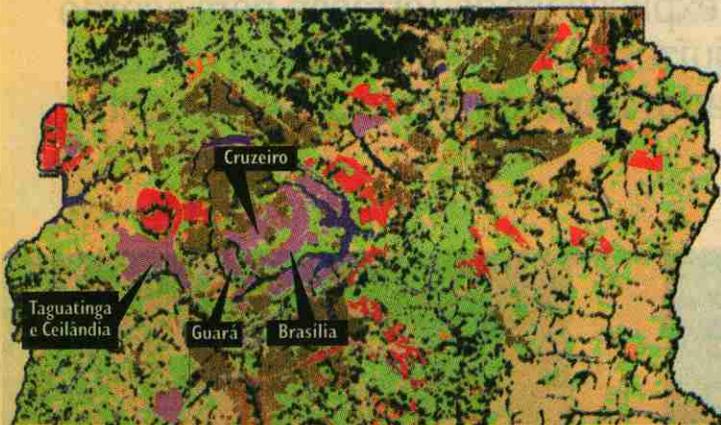


EXEMPLOS DE DEVASTAÇÃO

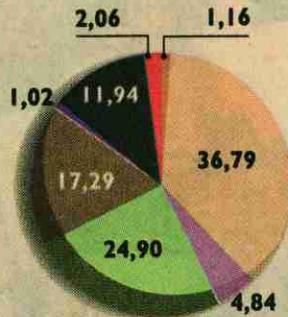
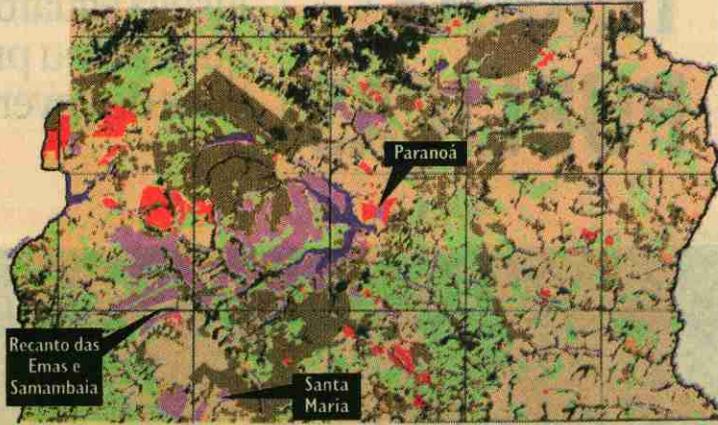
PARQUE NACIONAL
 Uma das mais importantes unidades de conservação do Distrito Federal, está ameaçada por todos os lados. Os 30 mil hectares de preservação correm sérios riscos: o Lixão e a invasão da Estrutural, onde moram cerca de 15 mil pessoas, são seus maiores problemas.

APA DO SÃO BARTOLOMEU
 É a maior Área de Proteção Ambiental (APA) do DF Criada em 1983, compreende o Jardim Botânico. Os condomínios vizinhos ameaçam nascentes, córregos e matas ciliares. O subsolo também sofre. As fossas sépticas contaminam lençóis freáticos.

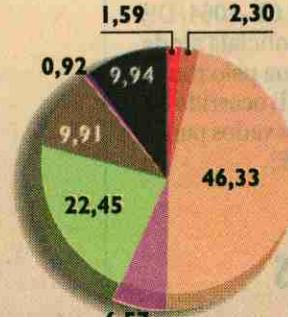
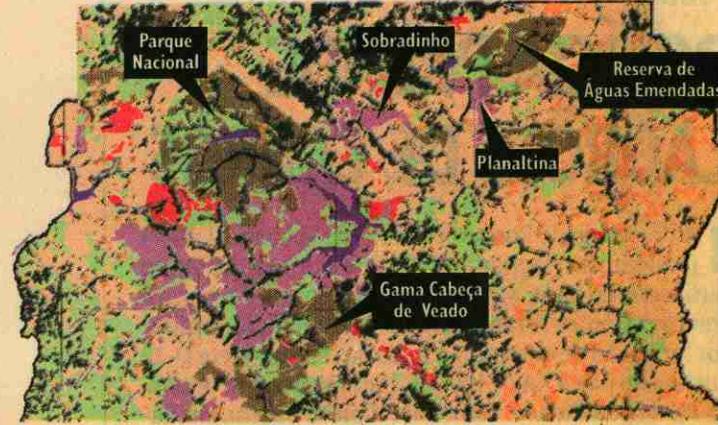
SUB-BACIA DO CÓRREGO RIACHO FUNDO
 Local mais degradado da Bacia do Paranoá, a região tem 700 mil habitantes. No local, ainda resistem os córregos Cabeceira do Valo, Cana do Reino, Vicente Pires, Riacho Fundo (poluído) e o Guarã (sem vida aquática).



1984 As áreas de Taguatinga e Ceilândia sofrem processo de conurbação, assim como Brasília, Cruzeiro e Guará. O desenvolvimento na área agrícola provoca o avanço da fronteira de grãos sobre o cerrado, intensificando a agricultura mecanizada. O programa de reflorestamento Pró-Flora, com extensas áreas de monoculturas de pinus e eucaliptos, está consolidado, contribuindo na modificação da paisagem. Neste período, devido ao aumento da demanda de água, fruto do crescimento populacional, foi construída a barragem do rio Descoberto, que inundou vasta área de mata de galeria.



1994 Surgimento de novas áreas urbanas como Samambaia, Recanto das Emas, Paranoá e Santa Maria. São identificadas áreas ocupadas por culturas irrigadas, aumentando a pressão sobre os recursos hídricos. O corredor formado pelas bacias dos rios Preto e São Bartolomeu, no leste do DF, se consolida como principal eixo de ocupação agrícola. O Pró-Flora, implantado na década anterior, encontra-se em estado avançado de degradação e é alvo de invasões.



1998 O adensamento torna-se mais intenso na área do Parkway, ao norte do Parque Nacional de Brasília, e ao redor das cidades de Sobradinho e Planaltina e localidades mais próximas ao Entorno do DF. As principais unidades de conservação existentes — Parque Nacional de Brasília, APA Gama Cabeça de Veado e Reserva de Águas Emendadas — estão pressionadas pela ocupação do solo e isoladas de outras áreas naturais do cerrado.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Fonte: CB 1/2001 Pg 7

Documentação

MEIO AMBIENTE

Existem 368 processos de implantação de condomínios irregulares no DF

INSTITUTO	
	Documentação
MEIO AMBIENTAL	CB
Fonte	
Data	31/1/2001 Pg 7 cont
Class.	62

Culpa da ocupação desordenada

Para o procurador da República Alexandre Camanho, o estudo da Unesco é inédito em termos numéricos. Ou seja, dimensiona a perda da cobertura vegetal do DF nos últimos anos. "Os técnicos que atuam com meio ambiente já diziam há muito tempo que boa parte da vegetação nativa tinha sido remanejada pela expansão agrícola", reforça o procurador. "A isso se soma o uso desordenado e ocupação do solo, com a omissão ou incentivo do poder público local", ataca. Só na Secretaria de Assuntos Fundiários tramitam 368 processos de implantação de condomínios.

A ocupação desordenada em alguns pontos do Distrito Federal provocou o desmatamento de áreas de mata nativa, inclusive próximas a nascentes e áreas de proteção ambiental. Além de dimensionar a degradação ambiental, o relatório da Unesco propõe ações para reverter a situação. Entre elas, o zoneamento ecológico-econômico, previsto na Lei Orgânica do DF, de 1993, para ser criado num prazo de 24 meses. "Nosso documento pode funcionar como apoio para a aplicação das determinações legais", avalia Celso Shenkel.

É o que espera César Vitor Espírito Santo, diretor do Fórum das Ongs Ambientais do DF. Ele acredita que a regulamentação de uma lei específica para questões ambientais dificultaria o adensamento populacional nas áreas mais frágeis. "O Lago Oeste é um bom exemplo de área onde não deveria haver parcelamento de solo, pois é limítrofe com o Parque Nacional. Como o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) é muito genérico quanto às questões ambientais, abre muitas brechas para irregularidades", diz. "Até mesmo para que os planos diretores locais (PDLs) sejam aplicados é preciso ter como base esse zoneamento."

A implantação do zoneamento ecológico-econômico é promessa do secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Antônio Barbosa. Ele pretende enviar até o final de fevereiro um projeto sobre as questões ambientais do DF para apreciação do governador Joaquim Roriz. Barbosa garante ainda que irá implantar um programa de recuperação das matas ciliares — que deverá ser iniciado nos cursos d'água do Lago Norte. Ali serão replantadas, com a aju-

da de núcleos rurais locais, 30 mil mudas, a um custo de R\$ 2,5 milhões. "Não temos como atacar todos os problemas, mas faremos o replantio, inicialmente, em nove nascentes da região. É um processo muito lento e os recursos são escassos", diz.

O ambientalista João Arnolfo olha com descrédito as promessas do governo. "Desde que assumiu, eles falam em fazer o zoneamento e até agora nada. O que se nota é que o governo só age quando há pressão pública ou da Justiça, como nos casos dos loteamentos do Park Way e da extinção do Parque Vivencial do Lago Norte", aponta. "Acho importante que esse seja um documento feito por uma entidade como a Unesco para que os organismos internacionais pressionem os governos a destinarem parte do dinheiro ao meio ambiente."

FLONA

O procurador Alexandre Camanho acredita que a implantação, o mais rápido possível, da Floresta Nacional de Brasília (Flona) pode ajudar a reverter o quadro de degradação ecológica no DF. Ele propõe que os 9 mil hectares próximos a Taguatinga e Brazlândia, atualmente ocupados por florestas de pinhos e pinheiros sejam substituídos gradativamente por espécies nativas do cerrado. "Assim, a Flona, num futuro bem próximo, também pode fazer parte da área nuclear da Biosfera do Cerrado", avalia.

Camanho também defende a transformação da área de proteção permanente próxima à represa de Santa Maria em um corredor ecológico, com recuperação do Cerrado. "Vamos propor à Caesb (Companhia de Saneamento de Brasília) o reflorestamento das margens da lago da represa", adianta. A idéia é impedir que a terra das margens seja projetada para dentro do reservatório de água, causando problemas como assoreamento e erosão.

Camanho explica que os núcleos de Biosfera do Cerrado não são unidades federais, com exceção do Parque Nacional e de uma pequena área da APA Gama Cabeça de Veado. "Por isso, não podemos agir imediatamente. Mas o Ministério Público já tem várias ações nestas áreas. E o Governo Federal está de olho na preservação ambiental do DF", garante ele. (FT e AHP)